

PROTÓCOLO DE CONSULTA LIVRE, PRÉVIA, INFORMADA CONSENTIDA E DE BOA FÉ

Comunidade Tradicional Ribeirinha Rua Amianto





EXPEDIENTE

Produção do texto:

Comunidade Tradicional Ribeirinha
Rua Amianto

Apoio:

Equipe de Povos e Comunidades
Tradicionais - Aedas

Coordenação
Beatriz Borges Bastos

Equipe Técnica
Adriana Mendes
Antônio Sampaio
Camila Martins
Diego Germano
Élida Franco
Jacqueline Correia
Janaina Moscal
Jose Joaquim de Oliveira

Contribuições:

Equipe de Gênero

Coordenação
Cristiane Dias

Equipe Pedagogia
Coordenação
Luana Farias

Equipe de Mobilização
Coordenação
Thais Mendes

Equipe de Comunicação

Coordenação
Elaine Bezerra
Diva Braga

Projeto Gráfico e Diagramação
Wagner Túlio Paulino

Revisão

Equipe de Povos e Comunidades
Tradicionais

Fotografias

Felipe Cunha
Thais Mendes

Capa

Aicó Culturas/Aedas

Novembro de 2023

Este material é uma produção da Comunidade Tradicional Ribeirinha Rua Amianto em parceria com a Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS), e serve como instrumento preliminar para realização dos processos de consulta livre, prévia, informada e de boa fé, referente ao processo de reparação dos danos causados pelo rompimento das barragens B-I, B-IV e B-IVA e à quaisquer outros contextos de tomada de decisão e realização de projetos e iniciativas que interessem à comunidade e seus membros.



SUMÁRIO

1. Introdução	06
2. Definição Legal de Povos e Comunidades Tradicionais.....	08
3. Povos Tradicionais Ribeirinhos	10
4. Direito a Consulta Livre, Prévia, Informada, Consentida e de Boa fé	14
5. O que é o Protocolo de Consulta?	16
6. Objetivos do Protocolo de Consulta da Comunidade Tradicional Ribeirinha Rua Amianto	20
7. Quem somos	24
8. Porque somos atingidos e atingidas	27
9. Como devemos ser consultados(as)	34
10. Patrimônio genético e conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade Ribeirinha	40
11. Gastronomia e uso Tradicional das plantas	50

Ribeirinho

Rua Amianto

Maria dos Anjos A. da Silva

Oi, eu sou Ribeirinho
Onde a
cheia é normal
leva folhas caídas
deixa esterco com sal

(Uauu)

Vai fazendo camadas,
de areia, é sinal
que depois brota sempre
a semente é legal

(Demaissss)

Temos pé de banana,
pauzin doce e tal
Faço suco de manga,
tudo bem, natural

Nosso rio tem peixes,
Tem passeio naval
Nossa vida é bonita
Como um Bambuzal

Tem o apito do trem
Roupas lá no varal
Tem doninhas fazendo,
peça artesanal

Tem cavalo e galinha,
tem cachorro leal
Que vigia a noite,
Seu latido é fatal
Au...au...au...

Nossa comunidade
tem até festival,
de bolim de feijão
Coma sem passar mal.

(Risadas)

Tem cheirim de café,
do milho tem mingau
Angu da vó Noeme,
a broa e o curau.

Tem até futebol
Perto do laranjal
Na quadra de areia,
do fundo do quintal

Logo após tem almoço,
da vovó afinal,
nossos primos chegaram
Isso é bom sinal

Vamos lá vó Maria
Rua cheia é normal
Todo dia é festa, até
parece Natal

(Gritinhos)

Ribeirinho tem fé
Força e garra, é pedal
pra girar nossa vida
Pra um futuro real...

Viva os Ribeirinhos!
Comunidade Tradicional
RibeirinhaRua Amianto



1. INTRODUÇÃO

O direito à Consulta Livre, Prévvia, Informada, Consentida e de Boa Fé é estabelecido pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário. O Protocolo de Consulta é uma ferramenta de proteção e participação dos Povos e Comunidades Tradicionais, e também instrumento de luta e construção coletiva, que registra e apresenta como devem ser consultados(as) sobre as ações que envolvem suas comunidades e territórios.

Nós, Ribeirinhos da Rua Amianto, que vivemos há mais de cinco gerações nesse território de várzea, nos organizamos para construir nosso Protocolo de Consulta e, com auxílio da nossa assessoria técnica independente da AEDAS, trazemos esse documento a público como forma de garantir nossos direitos enquanto Comunidade Tradicional Ribeirinha. Aqui vamos tratar das legislações que nos protegem e abordar o que são os Povos e Comunidades Tradicionais, em especial os Ribeirinhos.

Também apresentamos sobre a nossa relação com o rio Paraopeba, com os quintais produtivos, os animais domésticos e de criação, as ervas e seus usos. E o porquê somos atingidos e atingidas. Ao fim registramos de que maneira queremos ser consultados(as), informados(as) e ter nossa participação para que se cumpra de forma efetiva o direito à Consulta Livre, Prévvia, Informada, Consentida e de Boa Fé. Consentida e de Boa Fé.





2. DEFINIÇÃO LEGAL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

O Decreto 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, define como:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os artigos 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações;

III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

“Proteger a Rua Amianto é também proteger as plantas, ervas, árvores frutíferas e nosso modo de vida.

Maria dos Anjos

Moradora da Comunidade Tradicional Ribeirinha Rua Amianto





3. POVOS TRADICIONAIS RIBEIRINHOS

O Decreto 6.040/2007 reconhece o conjunto das populações tradicionais, incluindo os povos ribeirinhos, e define que são tradicionais aqueles que mantêm um modo de vida intimamente ligado ao meio ambiente em que vivem e com os recursos naturais que tradicionalmente utilizam.

O decreto 8.750/2016 assegura vaga para os povos ribeirinhos no Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Esse conselho contribui para reconhecer, fortalecer e garantir os direitos destes povos e comunidades, incluindo os de natureza territorial, socioambiental, econômica, cultural, e seus usos, costumes, conhecimentos tradicionais, ancestrais, saberes e fazeres, suas formas de organização e suas instituições.

Foto: Felipe Cunha



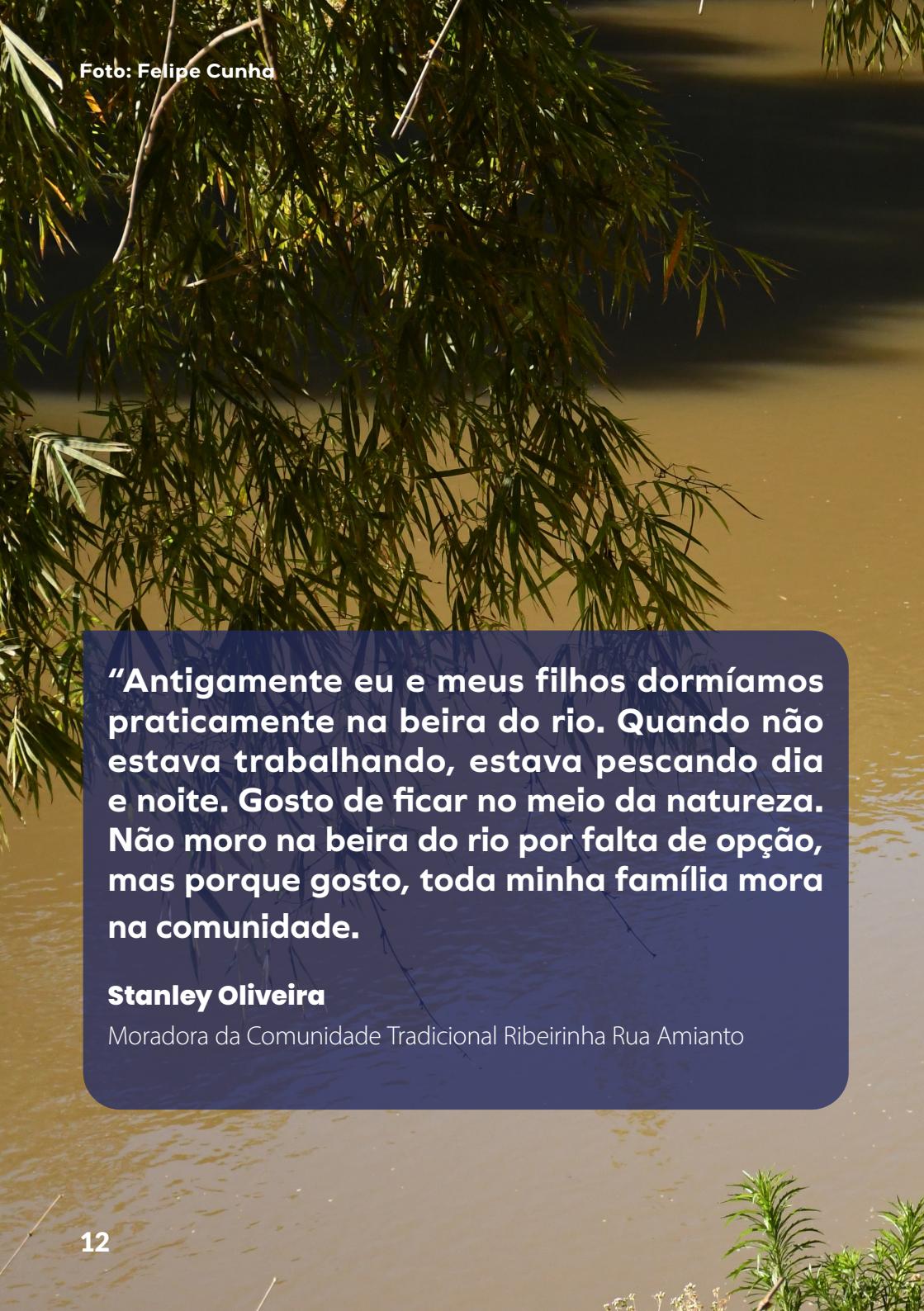
O Projeto de Lei nº 2.916/2021, em tramitação na Comissão do Meio Ambiente do Senado Federal, dispõe sobre o Estatuto do Ribeirinho define que:

I – Ribeirinho: Aquele que reside nas proximidades dos rios, igarapés, igapós, lagos da floresta e tem a pesca artesanal como principal atividade de sobrevivência, podendo também cultivar pequenos roçados para consumo próprio e praticar atividades extrativistas e de subsistência;

II – Várzea: Área inundada pelas cheias do rio e que corresponde ao espaço por ele ocupado;

III – Casa de várzea: Casa construída nas áreas de várzea cuja função é evitar que as casas sejam inundadas ou arrastadas pela correnteza dos rios.





“Antigamente eu e meus filhos dormíamos praticamente na beira do rio. Quando não estava trabalhando, estava pescando dia e noite. Gosto de ficar no meio da natureza. Não moro na beira do rio por falta de opção, mas porque gosto, toda minha família mora na comunidade.

Stanley Oliveira

Moradora da Comunidade Tradicional Ribeirinha Rua Amianto





4. DIREITO A CONSULTA LIVRE, PRÉVIA, INFORMADA, CONSENTIDA E DE BOA FÉ

É obrigação da União, estados, municípios e demais organizações públicas e privadas CONSULTAR os Povos e Comunidades Tradicionais sobre sua posição a respeito de medidas que impactam seus modos de vida e territórios tradicionais.

Foto: Felipe Cunha



Reunião de construção do Protocolo de Consulta da Rua Amianto.

As atribuições dessa consulta é ser: livre, prévia, informada, consentida e de boa-fé. Para que atenda aos interesses dos povos e comunidades tradicionais consultados. Neste sentido, o Artigo 6º da Convenção 169 da OIT aponta que:

- a)** Consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;
- b)** Estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes;
- c)** Estabelecer os meios para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas dos povos e, nos casos apropriados, fornecer os recursos necessários para esse fim.
- d)** As consultas realizadas na aplicação desta Convenção deverão ser efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas.



5. O QUE É O PROTOCOLO DE CONSULTA?

O Protocolo de consulta é um importante instrumento de luta e defesa de direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais. Ele contém regras feitas pelos próprios povos tradicionais, e que devem ser seguidas pelos atores externos para as tratativas com esses povos. Essas regras devem ser respeitadas por todos e todas, principalmente quando agentes externos forem apresentar uma medida ou ação que impacte uma comunidade ou território tradicional.

Foto: Felipe Cunha



Atenção

Mas o protocolo de consulta não exclui a necessidade da consulta livre, prévia, informada, consentida e de boa fé, principalmente quando existem pontos que as partes não sabem como tratar, ou que não foram abordados no protocolo elaborado.

RUA
AMIANTO







6. OBJETIVOS DO PROTOCOLO DE CONSULTA DA COMUNIDADE TRADICIONAL RIBEIRINHA RUA AMIANTO

- 01** Proteger o rio Paraopeba.
- 02** Defender o território.
- 03** Preservar a história e cultura da comunidade ribeirinha.
- 04** Proteger os quintais produtivos.
- 05** Proteger os animais domésticos e de criação.
- 06** Preservar as plantas medicinais e ornamentais.

07

Preservar a fauna e flora silvestres.

08

Contribuir na consulta para o processo de Reparação dos danos causados pelo rompimento das barragens B-I, e soterramento das barragens B-IV e B-IVA da Mina Córrego do Feijão.

09

Proteger contra os riscos da Barragem Menezes II, e demais barragens, entendendo que estamos expostos a risco maior do que o estabelecido no PAEBM.

10

Garantir participação e decisão sobre as ações que envolvem a Comunidade Tradicional Ribeirinha Rua Amianto.

11

Garantir direito de acesso à informação e comunicação adequadas dos conteúdos técnicos, jurídicos e gerais.

12

Garantir as condições adequadas de saneamento básico na comunidade, sem agredir o rio e o meio ambiente.

13

Garantir cursos e formações para um Plano Participativo de Manejo dos Recursos naturais da comunidade ribeirinha Rua Amianto.

14

Garantir políticas públicas de prevenção e redução de danos das enchentes.

15

Garantir espaços de lazer, cultura e preservação da memória para as crianças, adolescentes, e pessoas idosas da comunidade.

16

Garantir visibilidade e venda do artesanato produzido na comunidade.

17

Garantir condições adequadas de segurança no deslocamento e socialização das crianças, adolescentes e pessoas idosas da comunidade.



18

Garantir condições adequadas de segurança para pedestres e transeuntes na e da comunidade.

19

Garantir políticas públicas voltadas para as Pessoas com Deficiência da comunidade.

20

Garantir que a rua seja referenciada como Comunidade Tradicional Ribeirinha Rua Amianto.

21

Garantir a diferenciação da Comunidade Tradicional Ribeirinha Rua Amianto em relação ao bairro Centro e a rua Yayá Sampaio.



7. QUEM SOMOS

Somos ribeirinhos. Moramos as margens do rio Paraoapeba. Antes do rompimento da barragem, a prática da pesca artesanal era a principal atividade de várias famílias na comunidade. É a partir do rio e da linha férrea que nossas histórias foram construídas. Utilizamos o quintal das nossas casas para fazer hortas, plantações e criação de animais. A água do rio era utilizada para regar essas plantações. O rio é central na reprodução da vida cotidiana e nas nossas relações comunitárias. Na nossa comunidade vivem 56 famílias e muitas estão aqui há mais de cinco gerações. Nossas histórias são contadas pelo canto, pela música, alimentação e saberes passados por gerações.

Marcia Medeiros

“A minha bisavó, que é mãe da minha avó, Dona Noemia, ela era de Martins. Mas, eu não entendo bem, na verdade minha bisavó e avó quando chegou aqui, chegou por meio de meu tio, e da irmã da minha avó, minha tia. Depois de anos e anos, eles já viviam aqui, minha bisavó viveu naquela casinha ali, onde Teresinha mora, onde os meninos moram, ali era a casa da minha bisavó. Aí depois minha avó foi chegando mais para esse lado de cá, foi arrendando, foi tendo a posse do terreno. Aí eu penso que para o protocolo teria

que ter o relato que abrange tanto o passado, como o agora, que é o futuro da gente. Porque na verdade muita coisa não tem como a gente falar, pois não temos como lembrar de tudo, e que a gente não tem acesso, que a memória é curta. Mas, o pouco que vamos lembrando, vai dando para fazer um desenho. Pois tem um pessoal antigo aqui, Sr. Jupita e Sr. Silas que moravam aqui. Tem Sra. Purcina que trabalhava na rede.”

Walter de Rezende:

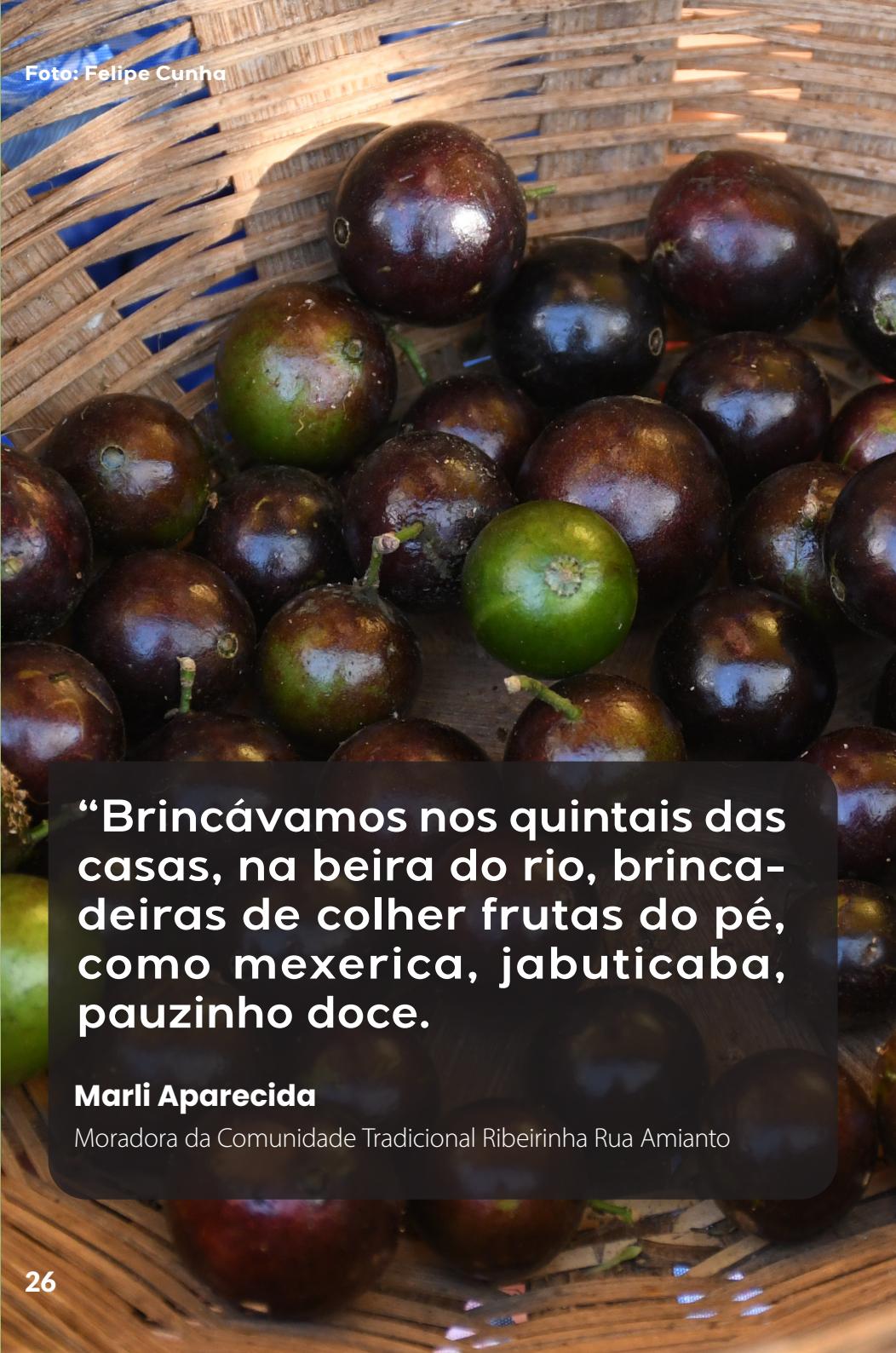
“Meu avô e minha avó compraram terreno na Rua Amianto com o dinheiro da venda dos peixes que pescavam no rio.”

Gessi Ferreira

“A lama matou um pé de abacate antigo de uma residência da comunidade.”

Maria dos Anjos:

“Na comunidade tinha uma benzedeira antiga chamada Dona Alzira que utilizava várias ervas e plantas nas pessoas. Em sua casa tinha pé de jatobá, manga, banana. E as ervas para benzer ela pegava na casa da Dona Noêmia, mãe de Marli, também moradoras da comunidade”



“Brincávamos nos quintais das casas, na beira do rio, brinca-deiras de colher frutas do pé, como mexerica, jabuticaba, pauzinho doce.

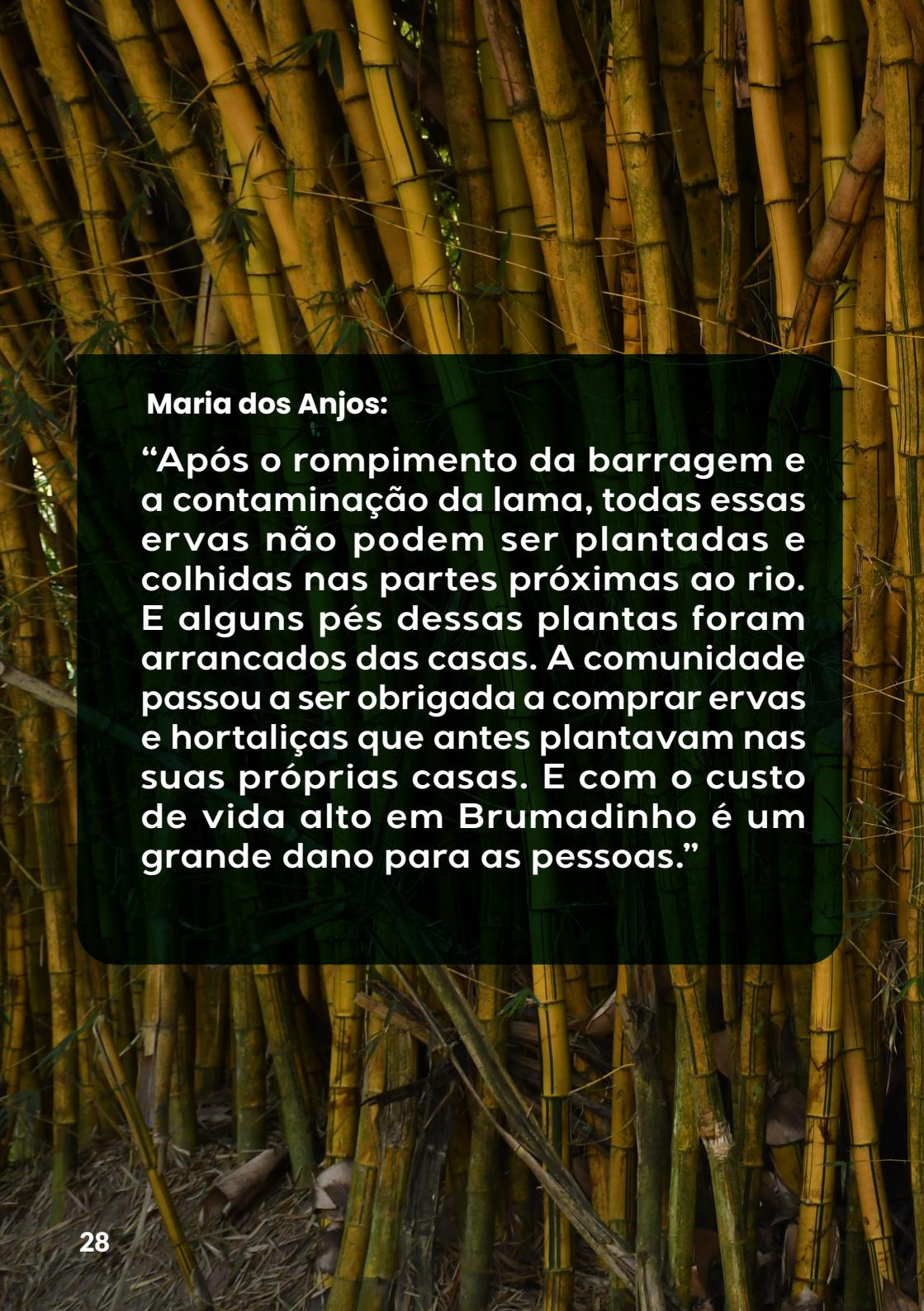
Marli Aparecida

Moradora da Comunidade Tradicional Ribeirinha Rua Amianto

8. PORQUE SOMOS ATINGIDOS E ATINGIDAS

Somos atingidos e atingidas porque nossa dinâmica de vida foi bruscamente alterada com o rompimento da barragem de rejeitos da empresa Vale S.A. Perdemos amigos(as), familiares e vizinhos(as) e passamos a conviver com uma dinâmica violenta de sofrimento social, em razão do convívio diário com grande quantidade de velórios, em um curto período de tempo e as angústias pelos(as) desaparecidos(as) e nas buscas dos corpos, que até hoje não foram encontrados . Além do medo e da tristeza causados pelas primeiras notícias sobre a gravidade do desastre, nós, Ribeirinhos da Rua Amianto, passamos por momentos de grande pânico diante da chegada da lama às nossas casas.

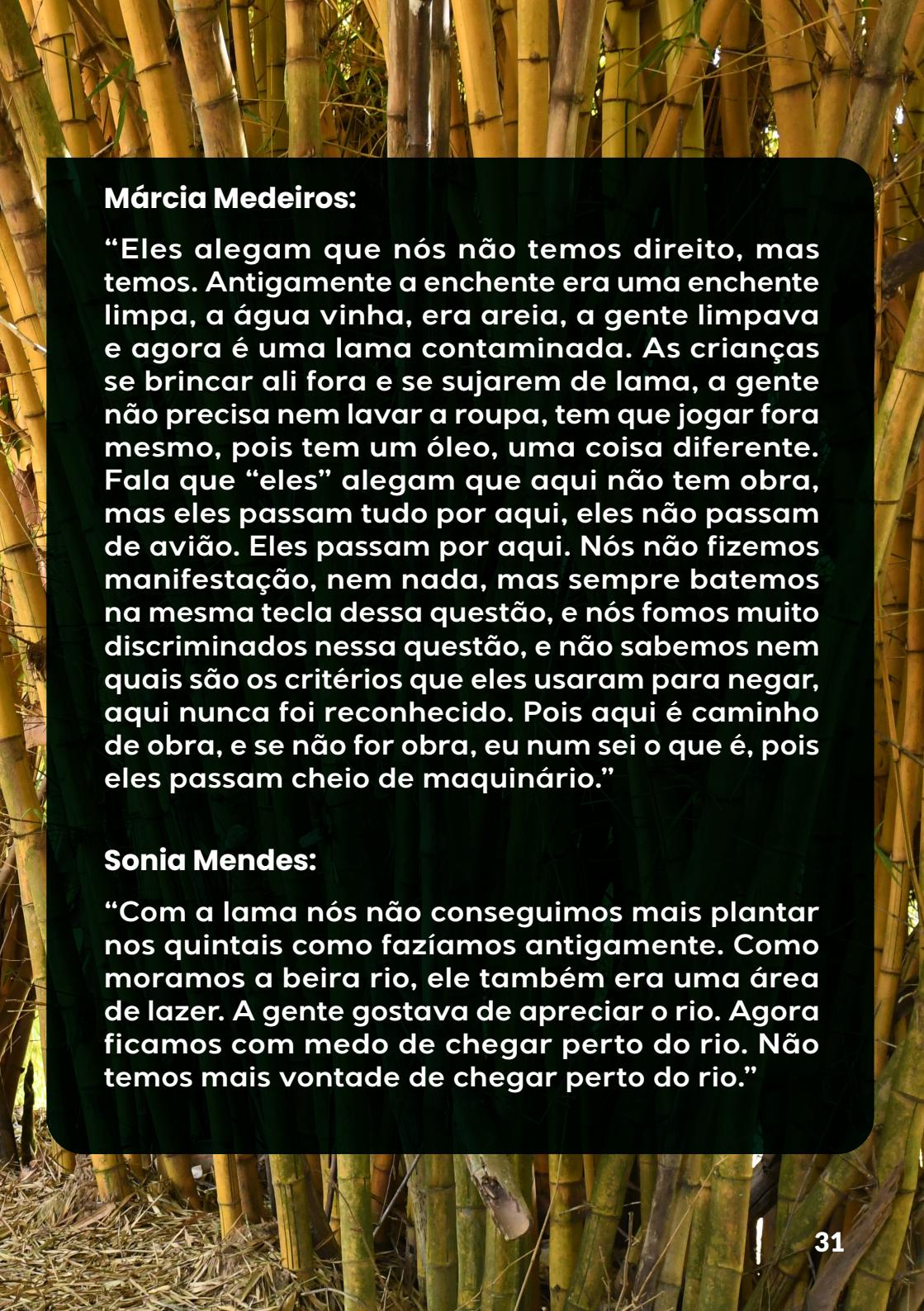
O rio Paraopeba, que era fonte da nossa alimentação, renda e lazer, foi contaminado pela lama de rejeitos e não podemos mais utilizá-lo como antes. Nossos quintais produtivos foram invadidos pela lama, destruindo parte da nossa história e modos de vida, e gerando inseguranças sobre a qualidade da água e do solo e, consequentemente, o comprometimento de nossas plantações medicinais, hortas e criação de animais para consumo e geração de renda para nossas famílias.



Maria dos Anjos:

“Após o rompimento da barragem e a contaminação da lama, todas essas ervas não podem ser plantadas e colhidas nas partes próximas ao rio. E alguns pés dessas plantas foram arrancados das casas. A comunidade passou a ser obrigada a comprar ervas e hortaliças que antes plantavam nas suas próprias casas. E com o custo de vida alto em Brumadinho é um grande dano para as pessoas.”





Márcia Medeiros:

“Eles alegam que nós não temos direito, mas temos. Antigamente a enchente era uma enchente limpa, a água vinha, era areia, a gente limpava e agora é uma lama contaminada. As crianças se brincar ali fora e se sujarem de lama, a gente não precisa nem lavar a roupa, tem que jogar fora mesmo, pois tem um óleo, uma coisa diferente. Fala que “eles” alegam que aqui não tem obra, mas eles passam tudo por aqui, eles não passam de avião. Eles passam por aqui. Nós não fizemos manifestação, nem nada, mas sempre batemos na mesma tecla dessa questão, e nós fomos muito discriminados nessa questão, e não sabemos nem quais são os critérios que eles usaram para negar, aqui nunca foi reconhecido. Pois aqui é caminho de obra, e se não for obra, eu num sei o que é, pois eles passam cheio de maquinário.”

Sonia Mendes:

“Com a lama nós não conseguimos mais plantar nos quintais como fazíamos antigamente. Como moramos a beira rio, ele também era uma área de lazer. A gente gostava de apreciar o rio. Agora ficamos com medo de chegar perto do rio. Não temos mais vontade de chegar perto do rio.”



Walter de Rezende:

“Eu tenho laudo de análise que consta que o meu terreno tem contaminação por manganês.”

Gessi Ferreira:

“Fico muito preocupada com os animais de criação e domésticos, pois eles têm contato com a lama no quintal de minha casa e na casa dos vizinhos.”

Maria dos Anjos:

“Os animais de estimação sofrem com a contaminação pela lama. Os animais também estão correndo riscos e como temos convivência com eles, tanto afetiva como de criação, sentimos muito ao ver o animal sofrer ou ter contato com a lama e a água contaminada, e que nosso protocolo possa ajudar a proteger eles também.”

Debora Duarte, 10 anos:

“A enchente vem tampa as casas tudo a gente tem que sair correndo.”



Gessi Ferreira:

“Geíza é uma mulher um pouco mais velha e PCD (Pessoa com Deficiência). O rio e o quintal eram uma diversão para Geíza. E agora ela perdeu esse direito de desfrutar do próprio ambiente do quintal de sua casa. Precisa ser acompanhada para não ir mexer na lama. Ela quer limpar o quintal, pois o cheiro forte da lama incomoda muito.”

Maria Clara, 14 anos:

“Após o rompimento e as enchentes as galinhas morreram, algumas, porque comeram o barro contaminado. Algumas frutas não podemos comer mais, se comemos podemos ter doença. (...) Eu me sinto muito triste com tudo isso, também, pois eram muitas brincadeiras que nos brincávamos no rio e perto do rio, nos quintais, agora a gente brinca de muita pouca coisa.”



9. COMO DEVEMOS SER CONSULTADOS(AS)

01

A reunião deve ser agendada, no mínimo, com um mês de antecedência. Esse tempo será importante para todos e todas se reunirem previamente, e decidirem como será o diálogo da comunidade com os agentes externos.

02

Diante da necessidade da reunião deve-se enviar previamente, para conhecimento e estudo das lideranças e demais pessoas da comunidade, todo o material que for apresentado.

03

Todo material que for apresentado deve ter como objetivo o conhecimento da situação pela comunidade ribeirinha e suas lideranças. Com a devida apresentação das consequências positivas e negativas para a comunidade.

04

As reuniões e materiais devem ser apresentados em linguagem acessível, popular e de fácil compreensão.





05

O melhor horário e dia para realização de reuniões na comunidade ribeirinha é aos domingos durante o dia, ou nos dias de semana a noite.

06

As reuniões devem ser presenciais, mas a comunidade também deve ser consultada se pode ocorrer online / virtual.

07

Os agentes externos devem procurar no mínimo três lideranças para tratar sobre os assuntos que envolvem a comunidade ribeirinha Rua Amianto . Dessa forma, pactua-se neste protocolo que o fluxo de comunicação deve ser realizado inicialmente com as lideranças, para então, acionarem os demais ribeirinhos da comunidade.

08

Os assuntos devem ser tratados e definidos em reuniões presenciais que envolvam as lideranças e garantam informação e consulta a todos e todas da comunidade.

09

A consulta deve garantir a participação dos ribeirinhos e ribeirinhas para obterem melhorias e preservar o modo de vida tradicional da comunidade.

10

A consulta deve considerar a existência de Pessoas com Deficiências na comunidade, bem como as pessoas, maioria mulheres, responsáveis pelo cuidado e tutela das PCD's.

11

Garantir a realização da consulta as pessoas da comunidade que tem horário específico de trabalho.

12

Os processos de consulta prévia da comunidade Ribeirinha, caso sejam realizadas por órgãos, secretarias e instituições públicas, bem como pessoas ocupando cargos do poder público, não podem acontecer em período eleitoral.



Reunião de construção do Protocolo de Consulta da Rua Amianto.





10. PATRIMÔNIO GENÉTICO E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS À BIODIVERSIDADE RIBEIRINHA

Os Povos e Comunidades Tradicionais também são salvaguardados pela lei 13.123/2015, com a proteção dos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético

§ 1º O Estado reconhece o direito de populações indígenas, de comunidades tradicionais e de agricultores tradicionais de participar da tomada de decisões, no âmbito nacional, sobre assuntos relacionados à conservação e ao uso sustentável de seus conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético do País, nos termos desta Lei e do seu regulamento.

Os conhecimentos das populações tradicionais são reconhecidos pela Constituição Federal de 1988 como patrimônio cultural brasileiro.

Um importante patrimônio imaterial para a Comunidade Tradicional Ribeirinha Rua Amianto é o Rio Paráopeba, enquanto um bem que representa trabalho, lazer, memória, afeto, alimentação, agricultura e criação de animais.

Luciano de Souza:

“O rio para a comunidade era uma forma de subsistência. As pessoas pescavam no rio, plantavam umas plantas para uso pessoal. Pescavam peixes. Tinha um peixe chamado pacu que era muito comum aqui na comunidade.”

Walter de Rezende:

“Eu pescava peixes grandes no Paraopeba. Tenho ainda uma rede de pesca com quase cem metros em casa que usava para pescar. Pescava para consumo pessoal, dava peixes para amigos e vizinhos e também vendia muito.”

Walter de Rezende:

“As vezes eu ia até o rio, outras vezes ele vinha até em casa lavava tudo e ia embora.”

Marcia Medeiros:

“Os peixes daqui o que tinha mesmo aqui era o mandi, curimba, traíra, o cascudo, surubim, o peixe histórico era o surubim, meus tios pegavam grandes peixes surubim. o peixe histórico era o surubim, que seus tios pegavam grandes peixes surubim.”

Peixes do Paraopeba

Surubim

Gurimba



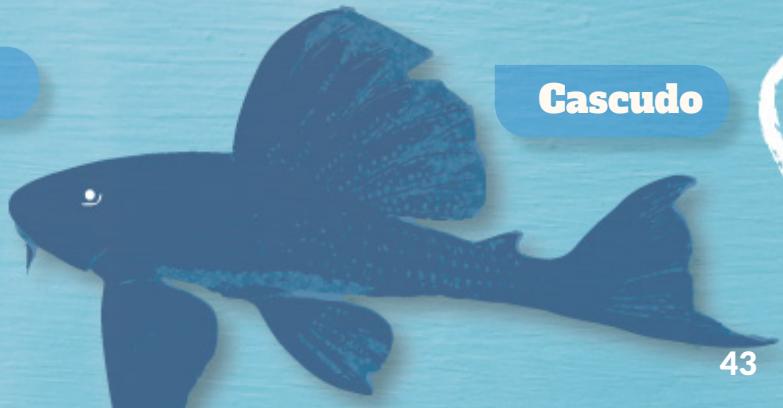
Mandi



Traíra



Cascudo





Luan Duarte, 14 anos:

“Tem uma história legal, com o cascudo que aconteceu no fundo do rio. Antigamente nós tínhamos casinha de bambu, que nós fazíamos para brincar, fazíamos antes do rompimento da barragem, nós andávamos pelo rio e nós marcamos de fazer um churrasco na casinha, e o que aconteceu? Eu e Daniel estávamos andando pelo fundo do rio, e eu achei uma rede, puxei a rede e tinha dois cascudos na rede e nós pegamos os dois cascudos também.”





Acessar um conhecimento tradicional associado é fazer inventários dos usos e saberes tradicionais, seja de plantas, uso da água, as criações, ou mesmo desenvolver culinária local tradicional.

Foto: Felipe Cunha



Arnaldo Gonçalves:

“Meu pai fazia bolinhos de feijão para vender no bar da estação da comunidade.”

Foto: Maria dos Anjos



A comida típica e tradicional da comunidade ribeirinha Rua Amianto é o “Bolinho de Feijão”. Esse é um bolinho frito de feijão, que era vendido na estação do trem de Brumadinho, desde quando a estação estava em funcionamento, e ainda segue em produção na comunidade.

Foto: Thais Mendes



O saber culinário e o uso medicinal das plantas, passado entre gerações, dos mais velhos(as) para os mais novos(as) são importantes elementos de construção de conhecimentos e práticas tradicionais da comunidade.

O Patrimônio Genético por sua vez são as informações genéticas e de outras substâncias contidas nas plantas, nos animais e nos microrganismos. Esse patrimônio genético está ligado a práticas como a criação de animais, cultivos, plantações e pomares, bem como nos organismos que ocorrem de forma natural na comunidade tradicional ribeirinha Rua Amianto.



11. GASTRONOMIA E USO TRADICIONAL DAS PLANTAS

Maria dos Anjos:

“Faço uma pomada com as ervas que cura ferida e ressecamento. E o uso de todas essas ervas são conhecimentos tradicionais aprendidos aqui na comunidade.”



Folha de Mamona

Serve como repelente.



Óleo da mamona

Usado para fazer óleo de rícino.



Folha do Chuchu

Usada para baixar pressão.



Folha da Laranja da terra

Usada para
fazer chá
calmante.



Caninha do brejo

Chá diurético.



Capim melão ou Erva de São Caetano

Baixa glicose.



Melissa

Usada para gripe e calmante.

Folhas de dipirona

Anti-inflamatório.

Semente de Abacate

Rala a semente e usa para passar em contusão..



Carqueja

Usada para limpar o fígado.

Arruda

Planta ornamental usada para espantar mal-olhado.

Espada de São Jorge

Espalha os maus espíritos.



Alfavaca

Faz chá anti-inflamatório.

Covinha do campo

Anti-inflamatório.
Usada na cura de ferimentos.

Folhas de Algodão

Faz chá anti-inflamatório.



Pé de açafrão

Comestível,
uso culinário.
Também
é usado
como anti-
inflamatório.

Urucum

Fazem uso
culinário,
como colorau.
Antigamente
usavam
diretamente do
pé, podendo
usar também
como tinta.

Pauzinho doce

É comestível,
faz parte da
memória
afetiva das
pessoas da
comunidade,
em especial os
mais velhos.



Taioba

Folhas Comestíveis.

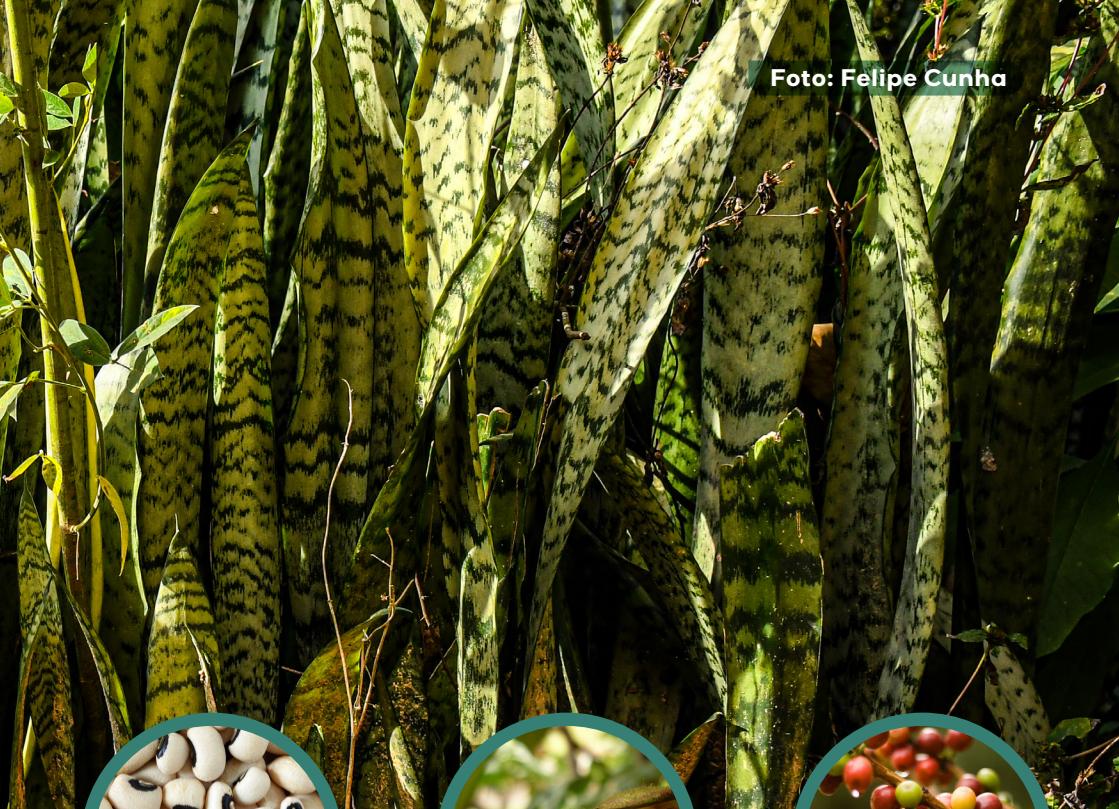
56

Manjericão

Além do uso culinário, também serve de chá para gripe.

Folhas de assa-peixe

Usado para cicatrização, além do uso comestível, uso culinário.



Feijão fradinho

Faz o bolinho
frito de feijão,
tradicional na
comunidade.

Feijão andu

Comestível,
uso culinário.

Pé de café

Comestível,
uso culinário.



Chuchu

Comestível,
é um alimento
que tem em
abundância.

Abacate

Comestível,
é um alimento
que tem na
comunidade.

Subscrições

Walter de Rezende

Marli Aparecida Gonçalves

Maria dos Anjos Alves da Silva

Stanley Oliveira

Luciano de Souza

Arnaldo Gonçalves

Maria Clara de Medeiros

Luan Duarte Cardoso Gonçalves

Débora Duarte Silva

Márcia de Medeiros

Gessi Ferreira

Geiza Ferreira

Sônia Silva

Paulo Furini

Elizete Geralda

“Quatro gerações da Comunidade Ribeirinha Rua Amianto”

(Dona Noemi sua filha Araci, seu neto Eduardo
e a bisneta Raielly Angel)



